

DOI: <https://doi.org/10.36470/famen.2021.r2a12>

Recebido em: 05/04/2021

Aceito em: 13/05/2021

AQUISIÇÃO DE LIBRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL **PURCHASE OF THE LIBRAS IN THE CHILD EDUCATION**

Suely Ferreira do Nascimento Fonseca

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5336-8261>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4236133995772827>

Especialista em Libras

Faculdade Metropolitana Norte Riograndense, Brasil

E-mail: suely_nfonseca@hotmail.com

Rummenigge Medeiros de Araújo

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4447-3195>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7945050864628295>

Doutor em Literatura Comparada

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: rummenigge.medeiros@escolar.ifrn.edu.br

RESUMO

Pensar em alfabetização e letramento para a grande maioria dos educadores envolve unicamente os procedimentos de escritas e narrativas da oralidade e suas transcrições numa perspectiva colonialista. Com frequência se exclui aquela que é considerada a nossa segunda língua oficial; a língua brasileira de sinais – LIBRAS. Nas últimas décadas aumentou a oferta e a procura nas escolas e instituições responsáveis pela formação, no ensino infantil, por uma segunda língua ou o bilinguismo. Essa procura atende a uma preferência quase sempre de um segundo idioma, seja ele de língua inglesa, francesa ou de qualquer outra língua com matriz europeia. Criou-se, então, ao que parece, uma ideia errônea e deturpada em relação ao estrangeirismo no bilinguismo do Brasil. Esse trabalho se propõe a apresentar a importância do reconhecimento e da aquisição das libras já na educação infantil formal como a modalidade na qual ela pertence: a segunda língua brasileira. Para isso recorre-se a um levantamento bibliográfico e por meio de uma análise crítica da revisão de literatura existente aponta-se para a necessidade da inclusão já nos primeiros anos da educação infantil. De maneira que as escolas invistam em projetos educacionais que priorizem o ensino das LIBRAS para todas as crianças, ouvinte e surdas, e que esse aluno se aproprie e se familiarize desde cedo, no intuito de construir possibilidades de interação por meio de um ensino de qualidade e com foco na humanização e no desenvolvimento de habilidades motoras e cognitivas para além da oralidade. Por meio dessas ações e da formalização e inclusão delas nos PPP's das escolas, é que a educação inclusiva se torna uma realidade bilateral; para surdos e ouvintes, sem distinções ou barreiras.

Palavras-chave: Bilinguismo. Educação Infantil. Libras

ABSTRACT

Thinking about literacy and literacy for the vast majority of educators involves only the procedures of writing and narratives of orality and their transcriptions in a colonialist perspective. Often, what is considered to be our second official language is excluded; the Brazilian sign language - LIBRAS. In the last few decades, supply and demand in schools and institutions responsible for training, child education, a second language or bilingualism has increased. This demand meets a preference almost always for a second language, be it English, French or any other language with a European matrix. It was then created, it seems, an erroneous and distorted idea in relation to foreignism in Brazil's bilingualism. This work aims to present the importance of recognizing and acquiring pounds already in formal early childhood education as the modality in which it belongs: the second Brazilian language. For this, a bibliographic survey is used and, through a critical analysis of the existing literature review, the need for inclusion is already identified in the early years of early childhood education. So that schools invest in educational projects that prioritize the teaching of LIBRAS for all children, listeners and deaf people, and that this student appropriates and becomes familiar from an early age, in order to build possibilities for interaction through quality teaching. and with a focus on humanization and the development of motor and cognitive skills beyond orality. Through these actions and their formalization and inclusion in schools' PPPs, inclusive education becomes a bilateral reality; for the deaf and listeners, without distinctions or barriers.

Keywords: Bilingualism. Child education. Libras

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objeto de estudo a investigação sobre a importância da aquisição e aplicação da LIBRAS como segunda língua no exercício do bilinguismo na educação infantil formal. A Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS - tornou-se reconhecida oficialmente como nossa segunda língua no ano de 2002, por meio da lei nº 10.436, de 24 de abril. A LIBRAS na prática é a língua que as crianças surdas acessam e operacionalizam de forma completamente visual, tornando-se por essência a sua língua primária. Alguns estudos mais antigos indicam que as crianças alfabetizadas em sua primeira língua apresentaram melhor desempenho na alfabetização em uma segunda língua. Por esse fator, alguns dos principais autores que versam sobre a temática e se debruçam sobre os estudos, recomendam que estejam e sejam associados o letramento tanto na língua de sinais quanto na língua portuguesa.

Na ideia de letramento conjunto, indissociável e síncrono é que reside o exercício pleno do bilinguismo. Nessa perspectiva, segundo Ronice Muller de Quadros (1997) a língua portuguesa, dado o seu caráter matricial, e por está presente nas diversas situações do nosso cotidiano, não pode e nem deve agir como um fator de exclusão das pessoas surdas. Por isso,

recomenda-se e propõe que as instituições formais de ensino divulguem, disseminem e trabalhem nessa perspectiva.

Com base na situação apresentada, é de fundamental importância que a escola pública, nas séries que compreendem a educação infantil, trabalhe na perspectiva da integralização e interação desse bilinguismo, aproveitando o lúdico do gestual imagético e a rápida assimilação visual desses gestos pelas crianças em processo de formação. Essa interação deve ocorrer sempre em salas mistas, de maneira uniforme, simultânea e sem separação, não obviamente apenas como um fator de inclusão, mas também pela capacidade da criança em aprender com uma outra por meio da repetição, da imitação, do lúdico, da visualidade e da necessidade essencial de comunicação.

Salienta-se, ainda, que um acesso tardio a Libras, fora da faixa da educação infantil pode ainda comprometer ou postergar o desenvolvimento da linguagem, e por conseqüente, atropelar as etapas de aprendizagem e desenvolvimento escolar-acadêmico. Por esses motivos, já explicitados aqui, contrariando uma espécie de “herança negativa” na educação pública brasileira de surdos, é aconselhável e recomendável que uma criança surda, tão logo ingresse na educação infantil formal, estude na perspectiva de uma escola bilíngüe. Dentro dessa recomendação, o ideal seria que esse bilinguismo se desse dentro de uma estrutura voltada para o ensino de LIBRAS como sendo a língua de instrução, e a língua portuguesa como a segunda língua, invertendo dessa maneira a narrativa colonizadora das nossas origens e propondo a ideia construtivista e cognitiva da gestualidade visual, o que rompe com o olhar higienista e preconceituoso da escola para “deficientes”, tornando a escola um lugar ideal para o desenvolvimento social, afetivo, psicológico e motor da criança surda e também da criança ouvinte.

Por isso é tão importante que uma criança surda estude em uma escola bilíngüe. Mais importante ainda que a escola pública, sobretudo a escola que oferece e propõe a educação infantil, adquira, compre a ideia e se reformule a partir dessa perspectiva do bilinguismo por meio de LIBRAS. Em um mundo “mais ideal” ainda, em um país que respeitasse ao máximo as letras que estão escritas em seus papéis, decretos e leis, sobretudo também pensasse na dignidade da pessoa humana e seu livre e completo direito ao aprender como uma necessidade básica do educando, oferecida de maneira plena pelo estado brasileiro, independente de raça, credo ou situação econômica, que as escolas estivessem todas, sem exceção, estruturadas para o ensino de Libras como a língua de instrução.

Uma escola adequada à experiência visual e motora. Ou, ainda, segundo Quadros (1997), uma escola que não fosse organizada na perspectiva hegemônica da língua portuguesa, uma vez que nessa perspectiva, ela compromete e muito a escolarização da criança surda. Com base nas análises feitas a partir das leituras de trabalhos e pesquisas relevantes no âmbito da educação infantil, da educação inclusiva, de Libras e bilinguismo, o presente artigo se organiza de maneira didática em três tópicos-temas, seguidos das considerações finais e as referências utilizadas.

No segundo tópico que tem por título A importância do ambiente escolar formal no desenvolvimento da criança na educação infantil: aponta-se para as questões e relevância que abarcam o espaço físico e o espaço humano da escola. Dentro desse tema está inclusa a estrutura física, a organização espacial, algumas sugestões de práticas desenvolvidas pelo corpo docente e o trânsito/ocupação da comunidade público-alvo na qual a escola está inserida.

No terceiro tópico do trabalho Colaborações da educação inclusiva bilíngue para a educação infantil: apresentam-se as contribuições gerais que uma educação que se propõe a incluir, dialogar e integrar, numa perspectiva que fuja das ideias e concepções tradicionais de educação, trazem para a construção e o debate de uma educação infantil bilíngue pública. Nesse sentido, discute-se que esse respeito linguístico deve se iniciar nos primeiros anos de vida, quando a linguagem já deve fazer parte do contexto da criança a partir de suas interações sociais, das mais diversas possíveis.

Com isso, a diferença linguística entre surdos e ouvintes não pode ser o limitante, e sim se tornar novos elementos construtivos. No quarto e último tópico do artigo, intitulado de Surdes: linguagens de sinais e metodologias na aprendizagem de libras na educação infantil bilíngue: faz-se um apanhado acerca do trabalho e das estratégias de alfabetização contidas e envolvidas na utilização de Libras para alunos surdos e ouvintes. O ensino de LIBRAS, também para alunos ouvintes, promove junto ao aluno surdo, maiores possibilidades de comunicação, mais oportunidades de interagir em seu meio, e probabilidades de aceitação e inserção em um futuro mercado de trabalho, pois, por intermédio de uma vivência ativa com a comunidade, ele poderá apropriar-se de sua própria cultura e história, além de auxiliar na formação integrada de sua identidade.

Essa constatação justifica o desenvolvimento de atividades para alfabetização em LIBRAS de alunos ouvintes, de modo a facilitar a comunicação com o surdo, visto que este pode ser o caminho estimulador para ambos explorarem as habilidades e capacidades de comunicação. Por fim, temos as considerações finais e impressões acerca dessa trajetória de pesquisa que leva em consideração não apenas a inclusão, mas antes, aponta as possibilidades de aprendizagem. Para essa revisão literária foram utilizados autores centrais como: Selma Inês Campbell (2009), Zilma Ramos de Oliveira (2011), Paulo Freire (1996), entre outros.

Convém salientar, ainda, que nesse estudo não tratamos a questão de uma escola específica ou como “delimitação de objeto de estudo”, mas sim, considera-se a educação pública dita inclusiva como um todo e a sua oferta de ensino por meio de turmas regulares para surdos e ouvintes. Enfim, o objetivo desse trabalho é o de contribuir para que se compreenda que o cuidar, o educar e o brincar na educação infantil são elementos que devem caminhar juntos e de maneira integrada, sem restrições ou dissociações entre surdos e ouvintes na obtenção de resultados satisfatórios.

2 A IMPORTÂNCIA DO AMBIENTE ESCOLAR FORMAL NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Conforme já dito no início desse trabalho, o estudo aqui descrito acontece a partir da leitura e entendimento da lei de nº 10.436/2002, na qual oficializa o ensino formal de LIBRAS nas escolas. Nessa perspectiva, a língua brasileira de sinais é, ou deveria ser a língua materna do surdo brasileiro, isto é, a primeira língua com a qual ele tem contato. Ao contrário da língua portuguesa da modalidade oral-auditiva, que tem como canal a voz, a LIBRAS está diretamente ligada a movimentos e expressões faciais para ser compreendida pelo receptor da mensagem.

Uma frase negativa, por exemplo, será interpretada de maneira visual graças ao movimento da cabeça, e uma pergunta será entendida como questionamento pela expressão facial de dúvida. Tais expressões faciais podem ser consideradas complementos dos sentidos das frases ditas em LIBRAS e, por isso, essa língua pertence à modalidade gestual-visual. Um dos principais aspectos que a classificam-na como uma língua é a sua organização gramatical própria. As suas estruturas frasais, por exemplo, não obedecem à estrutura da língua

portuguesa. As construções das orações em LIBRAS são mais objetivas e flexíveis, mesmo que, em sua maioria, sigam o padrão sujeito-verbo-objeto.

Ao contrário do que muitos acreditam e reproduzem, a LIBRAS não é uma linguagem, e sim uma língua, pois é falada por um povo; possui regras, estruturas, sintaxe, semântica e pragmática própria, bem definida e delimitada. Já a linguagem é o mecanismo usado para transmitir nossas ideias e pode ser tanto de forma verbal quanto não verbal. Um outro ponto importante a se observar, é que, nessa língua, cada palavra possui um sinal próprio e, quando ainda não há um sinal, podemos identificá-la com ajuda da datilologia, ou seja, com a soletração por meio do alfabeto em LIBRAS.

Ainda segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, em seu Artigo 29, a educação infantil é considerada a primeira etapa da educação básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos; físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. A Educação Infantil tem também o papel de habilitar a criança para o universo escolar e o ingresso no ensino fundamental. Desta forma, a expressividade infantil implica na construção de formas de comunicação exercidas no processo de socialização. Atuando expressivamente é que a criança aprende e vivencia formas de ser e de estar no mundo humano.

Certamente o ambiente escolar é essencial para a criança, possibilitando seu desenvolvimento e competências através de estratégias propostas pelo corpo pedagógico que trabalham a aprendizagem em todos os aspectos motores e psicossociais da criança. Os alunos são estimulados a práticas que valorizam cada ação que estão sendo desenvolvidas no ambiente escolar. Sendo assim, as crianças conquistam habilidades, gradativamente, possibilitando avançar os degraus de sua autonomia diante da vida.

As crianças com menos de seis anos de idade brincam na escola, mas é uma brincadeira orientada. Não se trata exclusivamente de distraí-las, mas sim de aproveitar a ludicidade para promover o seu desenvolvimento social, motor e cognitivo. É importante ressaltar que, embora os profissionais do segmento saibam que a educação infantil não é o momento de alfabetizar a criança, muitas vezes, os próprios pais não têm essa consciência. Por isso, cabe aos educadores conversar abertamente com essas famílias e explicar qual é a sua função e de que forma ela contribui para o crescimento intelectual e amadurecimento cognitivo da criança.

O papel da instituição de educação Infantil é fornecer condições para esse desenvolvimento, sendo necessária que as atividades sejam bem planejadas, intencionadas, contextualizadas e significativas; possibilitando que a criança tenha prazer em executá-las. É de salientar que a educação escolar é aquela que acontece no âmbito formal, dentro da instituição escolar. Nessa perspectiva, a escola é uma importante instituição que auxilia no desenvolvimento social, aprimorando habilidades e competências dos indivíduos, Ou seja, desempenha um papel fundamental na formação do conhecimento, valores e comportamentos da criança. Sobretudo, é por meio da educação escolar que o sujeito estabelece relações e compreende a forma de organização da sociedade na qual está inserido.

Primordialmente, a prática pedagógica contribui de forma extremamente significativa para o auxílio da relação entre escola e família, uma das maiores preocupações dos pais no início da vida escolar de seus filhos, que será o segundo espaço na qual a criança está inserida, portanto, considerada uma das mais importantes etapas da formação, pois é onde elas começam a existir fora do convívio familiar, é a partir desse processo que irá lidar com diferenças. Funciona como uma base para as demais etapas da educação formal, ou seja, o correto aproveitamento desta etapa permite que cresçam com mais autonomia e tenham mais sucesso em sua vida escolar e individual.

Segura e notadamente a escola é o ambiente propício ao aprendizado, mas antes de tudo, são necessárias algumas medidas por parte da escola para que haja dinâmica escolar, que funcione da melhor maneira possível como uma instituição de ensino. Para isso, ela precisa investir em práticas e ações para otimizar constantemente as práticas pedagógicas de seu corpo docente. Nesse contexto, o professor e a equipe pedagógica se tornam a ponte e o elo motivador da inclusão, promovendo espaços educativos e fazendo com que haja compreensão e entendimento no universo das crianças em sala, desta forma, o aluno percebe suas necessidades e potencialidades, ou na concepção de Oliveira (2002):

O educador deve conhecer não só teorias sobre como cada criança reage e modifica sua forma de sentir, pensar, falar e construir coisas, mas também o potencial de aprendizagem presente em cada atividade realizada na instituição de educação infantil. Deve também refletir sobre o valor dessa experiência enquanto recurso necessário para o domínio de competências consideradas básicas para todas as crianças terem sucesso em sua inserção em uma sociedade concreta. (OLIVEIRA, 2002).

Salienta-se ainda, que um dos papéis da escola e do educador na educação infantil, é influenciar a formação e organização da conduta moral da criança para a construção de valores sociais, coletivos e culturais, dos quais as crianças necessitam no decorrer de sua vida, sobretudo, em relação a sua personalidade. A mudança para a percepção desses três valores é uma forma de trabalhar com as novas questões que integram a educação infantil. Decerto, como objetivo o desenvolvimento, físico, psicológico, intelectual e social. Indubitavelmente a língua influencia diretamente no modo de pensar, compreender e aprender a realidade em que a criança está inserida. Certamente a educação inclusiva vem se tornando uma realidade desafiadora para o sistema de ensino.

Nessa perspectiva, a aquisição, o ensino e a manutenção das LIBRAS é o recurso inicial necessário para a verdadeira inclusão escolar e social das crianças. A língua de Sinais na categoria de segunda língua oficial deveria ser fornecida na modalidade bilíngue, independentemente de existir criança surda ou não em sala de aula. A inclusão pensada antes mesmo de haver o objeto dela: o aluno a ser incluído. Além disso, as formas de ensinar e aprender devem ser inseridas e trabalhadas a partir das diferenças, já na educação infantil.

Dessa maneira, no Brasil, se mantém a crença na instituição escolar, haja vista que esta não tem conseguido garantir para quem tem acesso ao ensino, a aquisição de habilidades e saberes essenciais que fundam a cidadania. Ou ainda, segundo Zilma Ramos de Oliveira (2011), no que refere ao processo educacional de crianças, um dos desafios destacados vem sendo o enfrentamento dos efeitos das transformações advindas da globalização com reflexos em todas as instituições sociais. Ou, segundo Selma Inês Campbell (2009), o direito à educação ainda se constitui enquanto uma conquista marcada pela luta histórica na qual se acredita que a escolarização ainda é o melhor caminho para melhorias futuras nas condições de subsistência dos indivíduos.

Logo, convém também, destacar a importância da capacitação docente por meio da formação continuada de sua prática reflexiva na educação infantil, ou seja, indicando o surgimento constante e atualizado de projetos de formação com os professores da unidade escolar, onde eles possam pensar e buscar soluções através de ações discutidas em coletividade. Entende-se, contudo, que a formação dos educadores nem sempre os prepara para trabalhar com a diversidade encontrada em sala de aula, muito menos para lidar com situações relacionadas à mesma.

Conseqüentemente, a falta de uma formação mais adequada implica diretamente em problemas junto ao processo de inclusão social de todas as crianças, bem como na construção de regras e princípios morais em relação a elas mesmas, suas condições existenciais e em relação aos outros e a coletividade.

Segundo Paulo Freire (1996) educar para o ser “cidadão” envolve trabalhar e despertar no aluno a capacidade de questionar e de reivindicar seus direitos. A escola como o local propício de estudar, trabalhar, crescer, fazer amigos, educar-se e ser feliz. Um espaço de formação plena do cidadão em todos os estágios. Uma escola encaixada e abordada sob esses princípios se transforma em libertadora e cria no alunado e na própria comunidade escolar (professores, técnicos e gestores) um desejo, uma vontade de começar a melhorar e a transformar a realidade na qual se está inserida, e por conseguinte, o mundo no qual se vive. Dessa maneira é possível criar e pensar uma educação pública de qualidade e libertadora.

Dito de outra maneira, Neidson Rodrigues (1988), vem dialogar diretamente com Freire (1996) quando diz que “a instituição escolar tem, portanto, por função, repassar, organizar o saber e viabilizar a todos os membros de uma sociedade o acesso aos instrumentos de produção cultural, científica, técnica e política da sociedade em que esses indivíduos vivem”. Essa é uma inquietação muito comum aos teóricos e pensadores da educação ao longo da nossa história contemporânea. É também um assunto bastante pertinente para ser trazido já nos primeiros anos da educação infantil, afinal, é durante a primeira fase de ensino que a criança começa a desenvolver sua personalidade e a escola desenvolve ou deve desenvolver um papel fundamental nesse processo. Por ser um ambiente de convívio e construção diária.

3 COLABORAÇÕES DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA BILÍNGUE PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

É já a partir da educação infantil que as atividades artísticas contribuem enquanto linguagens e como ferramentas com as oportunidades para o desenvolvimento psicomotor e social da criança, ou seja, o professor de educação infantil deve por meio desses recursos, buscar proporcionar atividades lúdicas na criação de símbolos que contribuem e ajudem na auto expressão de sentimentos, pensamentos e sensações, portanto, para que isso aconteça é necessário recorrer também ao Atendimento Educacional Especializado. Essa modalidade tem

o objetivo de auxiliar na realização de atividades específicas, levando em consideração o perfil individual (do aluno) e coletivo (da turma e do grupo escolar). Essas atividades são planejadas, orientadas e feitas avaliações observando especificamente o desenvolvimento do alunado.

O professor ou o responsável por esse acompanhamento formal deve ser um observador atento e sensível, buscando sempre se valer de novas técnicas e metodologias, que venham a complementar e suplementar o currículo da sala de aula, na tentativa de extrair resultados expressivos, mas respeitando a individualidade latente de cada um. Utilizando equipamentos e materiais específicos, contribuindo para o desenvolvimento do conhecimento frente às necessidades específicas que cada criança possui. Devido às atividades serem diferentes das atividades da sala regular as crianças com deficiência não conseguem ter um bom desempenho.

Acredita-se ainda que as atividades deveriam estar em consonância com ambos os setores, o que deveria mudar é a metodologia, o tempo e atenção individual, pois a sala regular não tem como oferecer tempo suficiente para atender exclusivamente às crianças com deficiência, haja vista que existem outras crianças que precisam de atenção individualizada. A respeito das crianças surdas dentro desse processo, segundo Cristina Broglia Feitosa de

Lacerda, (2009) “Não basta um decreto para uma transformação efetiva das práticas. A legislação pode induzir ações, mas elas só serão eficazes se de fato a condição linguística especial do surdo for compreendida e ações para a criação de uma efetiva escola bilíngue forem implementadas” (p 27).

Diante deste panorama exposto acima, a concepção de educação inclusiva tem se fortalecido no sentido de que a escola tem que se abrir para a diversidade, acolhê-la, respeitá-la e, acima de tudo, valorizá-la como elemento fundamental na constituição de uma sociedade democrática e justa. Essa concepção pressupõe que a escola busque caminhos para se reorganizar de forma a atender todos os alunos, cumprindo totalmente o seu papel social.

O cenário da educação infantil, é um ambiente ideal para a utilização da língua de sinais através de atividades lúdicas e diversificadas que possam contribuir para a aprendizagem de conteúdos pertinentes ao nível de ensino, cedo assim, favorece a interação das relações de sociabilidade na construção de conhecimentos que favorecem e possibilitam o desenvolvimento intelectual para a vida em sociedade.

Buscar intervir no aprendizado da criança faz obter resultados positivos, pois a falta de aprendizagem, independente de como ela seja, acarreta (em especial na criança surda), atraso em seu desenvolvimento cognitivo, de aprendizagem, dificuldades de interação com outras crianças no seu meio, em consequência disso, sua capacidade de socialização com outros pode ser afetada e comprometida, se não for acompanhada por pais, professores habilitados e psicopedagogos, numa tríade indissociável e vigilante, a criança não consegue avançar de maneira significativa. Atividades artísticas, lúdicas, brincadeiras que exercitem e envolvam o corpo inteiro e exija a utilização de expressões físicas isoladas e em grupo, se tornam ações potentes e consistentes no desenvolvimento global do educando surdo ou ouvinte.

O que se pontua aqui é que seja oferecido um único tipo de educação para toda criança em idade escolar independentemente de sua origem, etnia, credo religioso, condição social, política ou econômica. Que essa educação oferecida fomente e possibilite o total desenvolvimento individual de sua personalidade e em diálogo frequente com a sua vivência e contexto familiar. Família e escola constituem os dois pilares iniciais de sustentação para o aprendizado infantil, sendo que estes deverão influenciá-la numa formação clara e articulada para a construção, o desenvolvimento e o amadurecimento da sua personalidade.

Os educadores dos níveis infantis devem estar conscientes de que o ambiente escolar e (seus desdobramentos intra-muros) atua como protagonista na função social, influenciando os comportamentos infantis, que nessa fase ainda se apresentam como traços primeiros da personalidade, e que estarão mais fortalecidos e visíveis no final dos anos pré-escolares. É crucial o entendimento de que é através do ambiente do espaço escolar que a criança começa a aprender a lidar, ou a encarar os seus primeiros desejos e suas decepções íntimas e sociais.

Entretanto, é de primordial importância que os problemas sejam analisados e resolvidos ainda na infância, para que mais tarde as crianças não se tornem adultos embrutecidos e violentos com dificuldades de compreensão e de aceitação do outro, visto que sua personalidade já estará construída e será difícil a modificação e a construção de novos valores.

LIBRAS como segunda língua no ensino infantil, é um fator significativo no desenvolvimento cognitivo, melhorando as habilidades de atenção das crianças, a discriminação visual e a memória espacial. Ao ensinar a língua brasileira de sinais para crianças, pretendemos oferecer não somente as vantagens e os benefícios comprovados em pesquisas internacionais, mas de promover o entendimento da própria LIBRAS, como nossa

segunda língua e de aprender sobre a cultura surda e, sobretudo, a possibilidade de poder se comunicar com seus pares diferentes valorizando a diversidade desde a educação infantil.

4 OS SURDOS, A LÍNGUA DE SINAIS E AS METODOLOGIAS NA APRENDIZAGEM DAS LIBRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL BILÍNGUE

Segundo GOLDFELD (2002), os primeiros educadores de surdos surgiram na Europa, no século XVI, criando diferentes metodologias de ensino. Alguns utilizavam a língua oral auditiva, língua de sinais, datilologia (alfabeto manual) e outros códigos visuais, podendo ou não associar esses diferentes meios de comunicação. No Brasil, existem diferentes leis e decretos que tratam da acessibilidade de pessoas com deficiência. No caso dos surdos, duas leis podem ser consideradas como referências e marcos legais. A Lei da Acessibilidade, de 19 de dezembro de 2000, por exemplo; define que o poder público deve garantir às pessoas com deficiência auditiva o direito à informação, por meio da eliminação de qualquer barreira que possa impedir a comunicação, e deve promover a formação de intérpretes de Libras.

E a Lei n ° 10.436, de 2002, conhecida como a lei das Libras, que reconhece a Libras como língua natural dos surdos e coloca como dever dos órgãos públicos apoiá-la e difundi-la além de promover a sua formação em cursos de licenciatura e fonoaudiologia. Além disso, a lei também visa a garantir que o sistema de saúde ofereça atendimento adequado aos surdos.

No dia 26 de Setembro comemora-se o dia nacional do surdo, esta data marca a luta histórica da comunidade surda por melhores condições de vida, trabalho, educação, saúde, dignidade e cidadania. Essa data foi escolhida em referência à criação da primeira escola para surdos no Brasil: o Instituto dos Surdos-Mudos do Rio de Janeiro, inaugurado em 26 de Setembro de 1857, pelo professor Francês Enet Hwet, que veio para o Brasil a convite do Imperador D. Pedro II para trabalhar na educação. Naquele tempo, o trabalho de oralização era feito pelos professores comuns, não havia os especialistas.

O ensino oficial e institucional de Libras como segunda língua para os alunos ouvintes, que têm a língua portuguesa, requer metodologias próprias de ensino no qual envolvam estratégias que devem ser aplicadas pensando na aprendizagem de uma segunda língua; para alunos com uma modalidade diferente, crianças que falam e ouvem o Português, que agora terá contato com uma língua que é produzida pelas mãos e o corpo, língua que é oral-auditiva e visual-espacial gestual, uma língua que antes de tudo física.

O fato que vem modificar o cenário da educação mundial fica por conta de elaboração da Declaração de Salamanca no ano de 1994, na cidade de Salamanca na Espanha, este documento foi criado para apontar aos países a necessidade de políticas públicas e educacionais que venham a atender a todas as pessoas de modo igualitário independente das suas condições pessoais, sociais, econômicas e socioculturais. A declaração destaca a necessidade da inclusão educacional dos indivíduos que apresentam necessidades educacionais especiais. No pensamento do processo de inclusão, as políticas educacionais estão fundamentadas no princípio da igualdade de direito entre as pessoas, que tem como objetivo uma educação de qualidade para todos, sem discriminação e respeitando acima de tudo as diferenças individuais, para dessa forma garantir não só o acesso a essa educação, mas também, a permanência desses indivíduos na escola regular até a sua formação.

Ainda de acordo com a declaração de Salamanca, qualquer pessoa portadora de necessidades especiais tem o direito de se expressar, conforme desejar, como também de ser consultada sobre a melhor maneira de aprender. Uma das implicações educacionais orientadas a partir da declaração de Salamanca refere-se à própria inclusão na educação formal e regular. Segundo o documento, “o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter”. Em conformidade com Quadros (1997), o processo de aquisição da língua de sinais é semelhante ao processo de aquisição da língua oral pelos ouvintes, no que se refere às várias fases que compõe esse processo. Essa aquisição ocorre, segundo a autora, em quatro estágios, a saber: o pré-lingüístico, o estágio de um sinal, o estágio das primeiras combinações e o estágio das múltiplas combinações. Também a partir da Lei nº 10.436, o governo brasileiro além de reconhecer a LIBRAS como um sistema linguístico de natureza visual-motora, possuidor de estrutura gramatical própria, assegura aos surdos o direito de que, nas instituições públicas educacionais, eles tenham as aulas ministradas em Libras, ou pelo menos, com a presença de um intérprete.

Não se pode deixar de citar ainda, entre as principais metodologias, a ‘Pedagogia Surda’. Esta é a mais querida, desejada e defendida pelos surdos e que vem ganhando espaço, por ter como finalidade, mostrar um novo caminho para a educação do surdo, e ser uma metodologia que atende de forma satisfatória as especificidades do surdo, nos aspectos culturais.

O alfabeto da escrita da língua de sinais pode ser comparado com outros alfabetos que são usados para compor outras línguas, dessa forma, existem três formas de se escrever os sinais, a saber: a primeira é com o corpo inteiro onde o material utilizado se vale da figura e da representação visual completa e inteiriça do corpo, uma forma mais fácil de ser entendida pelos iniciantes. A segunda forma é a escrita de sinais padrão que utiliza a figura com símbolos, tornando o sinal uma unidade visual, e por último, a escrita simplificada ou escrita padrão que exclui alguns símbolos de maneira a facilitar à redação escrita à mão.

As metodologias utilizadas em sala devem incorporar estratégias de ensino para os alunos que ouvem o português e vão ter o contato com a fisicalidade de uma língua que é produzida pelas mãos e pelo corpo, ou seja, uma modalidade viso-espacial. As crianças ouvintes aprendem uma nova língua usada por uma comunidade surda brasileira, que tem sua própria cultura surda. Neste contexto, é necessário estabelecer objetivos que facilitem na comunicação de surdos/ouvintes. O professor poderá explorar o olhar para iniciar uma conversa em Libras, usar o espaço como função gramatical, estabelecer a soletração por meio dos próprios sinais, além de ampliar o vocabulário em Libras de forma contextualizada, ler diferentes gêneros e produzir textos em Libras.

Diferente dos alunos surdos, os alunos ouvintes incorporam a Libras ao longo das aulas ministradas e no contato diário com seus colegas surdos. Todas as estratégias utilizadas pelo professor, no processo de ensino e aprendizagem, devem ser pedagogicamente visuais, em virtude dos alunos ouvintes terem a oportunidade de vivenciar práticas surdas. O foco do bilinguismo na educação de surdos, para o bilinguismo na educação infantil significa uma proposta bilíngue às avessas, em que as crianças ouvintes adquirem uma segunda língua, de modalidade diferente, tendo a oportunidade de conhecer os aspectos socioculturais que a ela estão relacionados.

Os métodos de ensino dividem-se em três abordagens principais que produzem muitas formas de se trabalhar com o aluno surdo que são: oralismo, comunicação total e bilinguismo. O bilinguismo, como modelo metodológico consiste em trabalhar com as duas línguas no contexto escolar e, neste caso, as línguas em questão são a Língua Portuguesa (escrita) e a Língua Brasileira de Sinais - Libras. A metodologia Bilíngue é utilizada atualmente com surdos em algumas instituições educacionais brasileiras. Nesta perspectiva, sobre tal modalidade, pode-se dizer que:

[...] contrapõe-se ao modelo oralista porque considera o canal viso gestual de fundamental importância para a aquisição de linguagem da pessoa surda. E contrapõe-se à comunicação total porque defende um espaço efetivo para a língua de sinais no trabalho educacional; por isso advoga que cada uma das línguas apresentadas ao surdo mantenha suas características próprias e que não se ‘misture’ uma com a outra. (LACERDA 1998).

Ainda de acordo com Lacerda (1998), ao defender a metodologia bilíngue ele destaca que os surdos adquirem conhecimentos por meio do canal visual e a mistura entre línguas, utilizadas na comunicação total, dificultava a aquisição de conhecimentos pelos surdos, pois cada língua tem características próprias e independentes, tornando-se assim impossível falar ambas as línguas (sinalizada e oral) ao mesmo tempo no âmbito escolar. Percebe-se, assim, que o bilinguismo foi uma metodologia adotada a partir das reivindicações dos próprios surdos, pois a mesma tem possibilitado o acesso a duas línguas dentro de um contexto específico: a língua brasileira de sinais e a língua portuguesa.

O principal objetivo dessa perspectiva oralista é desenvolver a fala do surdo, pois para os defensores deste método, a língua falada era considerada essencial para a comunicação e desenvolvimento integral das crianças surdas. Esta metodologia foi proposta e defendida em um evento internacional realizado em Milão/Itália chamado ‘Congresso Internacional de Educação de Surdos’. Ou ainda, segundo Marcia Coldfield (2002), essa concepção de educação enquadra-se no modelo clínico, destacando a importância da integração dos surdos na comunidade de ouvintes. Para isto ocorrer o sujeito surdo deve aprender a falar por meio de reabilitação da fala em direção à “normalidade” ou a convenção exigida pela sociedade.

De acordo com Patrícia Paula Schelp (2008), quando se constatou que os surdos educados por meio da metodologia oralista nunca conseguiriam se comunicar ou falar como os ouvintes de maneira satisfatória, e que, mesmo com a imposição das práticas oralistas, as pessoas surdas insistiam em se comunicar por meio da língua de sinais, decidiu-se então que os surdos poderiam utilizar toda e qualquer forma de comunicação. Surge, então, o método que ficou conhecido como comunicação total.

A principal meta era o uso de qualquer estratégia que pudesse permitir o resgate na comunicação das pessoas surdas. Este modelo combinava a língua de sinais, gestos, mímicas, leitura labial, entre outros recursos que colaborasse com o desenvolvimento da língua oral.

Desta maneira, o professor poderá adequar atividades ao nível de ensino das crianças podendo trabalhar desde o ensino do alfabeto, dos numerais e das cores, avançando para o ensino de verbos, substantivos, advérbios, meses do ano, dias da semana, membros da família, meios de transportes, etc., utilizando a língua de sinais para todas as disciplinas e adequando conteúdos de modo a facilitar a compreensão da criança e contribuir para o seu aprendizado.

As metodologias utilizadas pelos docentes e referendadas pela comunidade escolar local e seus agentes públicos, devem priorizar a incorporação de estratégias de ensino para alunos que ouvem o português e vão ter contato com uma língua que é produzida pelas mãos e pelo corpo, ou seja, uma modalidade viso-motora-espacial. As crianças ouvintes aprendem uma nova língua que é usada por uma comunidade surda brasileira, que tem sua própria cultura surda. Neste contexto é necessário estabelecer objetivos que facilitem na comunicação de surdos/ouvintes. O professor poderá explorar o olhar para iniciar uma conversa em libras, usar o espaço como função gramatical e estabelecer a soletração por meio dos próprios sinais. Podendo ainda, ampliar o vocabulário em libras de forma contextualizada, estimular a leitura de diferentes gêneros e incentivar a produção de narrativas na modalidade das libras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o exposto, a escola forma cidadãos, transmite valores éticos e morais, conhecimentos e desenvolve habilidades no educando, por meio do processo pedagógico de ensino-aprendizagem, preparando a criança para o exercício da cidadania e sua preparação para vivência em sociedade, de forma atuante, crítica e transformadora. É importante que a sociedade discuta esse tema, para que seja a libras, cada vez mais inclusiva e possa compreender e construir espaços sociais não só para crianças surdas, mas também para crianças ouvintes.

Portanto, a família é a base para o desenvolvimento da criança, é através dela que a mesma adquire suas primeiras concepções de mundo, e a escola, com um espaço de grande importância, pois possibilita as crianças aprendizagens diversas e a compreensão do mundo que está ao seu redor. No entanto, para que este processo ocorra da melhor forma possível à escola deve estar preparada para receber, acolher e atender estas crianças, sempre tendo em mente que cada indivíduo é único, como pequenas ilhas em um grande arquipélago chamado

comunidade escolar, fazendo-se parte de um mesmo universo com diferentes conhecimentos, diferentes tempos de aprendizagem, diferentes habilidades e diferentes dificuldades.

Não podemos deixar de mencionar que a educação inclusiva, apesar de muitas dificuldades para se concretizar, representa uma proposta que busca valorizar direitos sociais fundamentais, condizentes com a igualdade de oportunidades para todos. Há algumas situações na realidade educacional que mostram o distanciamento entre o discurso presente na legislação e a prática vivenciada no contexto educacional. A grande maioria dos cursos de Pedagogia não possibilita o aprofundamento em relação à educação especial e não oferece subsídios para que os professores atuem com os alunos no bilinguismo.

Sabemos que a luta para que realmente haja inclusão é um processo que requer muito trabalho, esforço e dedicação. Processo este que atualmente se encontra em construção, sendo uma barreira a ser vencida, necessitando do apoio de todos para enfrentar os obstáculos. Assim, como se entende a necessidade e importância da aprendizagem bilíngue para os surdos, é também importante compreender o significado e efetivação do ensino das LIBRAS como segunda língua para ouvintes, dentro do contexto bilíngue.

É necessário que as instituições de ensino superior existentes no Brasil reavaliem seus currículos e projetos pedagógicos com o objetivo de contemplar, ainda na formação inicial dos professores, condições para oferecer subsídios para o atendimento das crianças surdas, no intuito de atender a diversidade, não como uma exceção, mas uma regra. É de extrema importância que também, sejam implementadas as ações voltadas para a formação continuada dos professores que já trabalham ou atuam nas escolas regulares. Ou seja, as crianças com uma modalidade diferente, crianças que falam e ouvem o Português, que agora terão contato com uma língua que é produzida pelas mãos e o corpo, língua que é oral-auditiva e visual-espacial gestual, uma língua física.

Como sabemos, no Brasil, as leis são muito bem escritas e organizadas, mas quando chegamos à efetividade e prática a situação se modifica, sendo assim, as aplicações dessas leis passam a ser questionadas e se percebe que sua aplicabilidade não condiz com a realidade e o contexto vigentes. Assegurar esses direitos torna-se dever de estado com todas as esferas do poder público envolvidas, perseguindo e obstinando, uma educação pública de qualidade para todos.

Ainda, uma das maneiras de concretizar as políticas públicas de inclusão das libras nas escolas de ensino infantil é o desenvolvimento de programas de capacitação e acompanhamento contínuo, que orientam o trabalho do professor e da equipe escolar, o que beneficiaria, não apenas as crianças com necessidades especiais, mas, de modo geral, a comunidade escolar e qualidade de sua educação para todas as crianças. Ao longo desse trabalho, observa-se que não basta apenas a formulação de leis que determinem a realização de cursos de capacitação em serviço para professores, nem a obrigatoriedade de matrícula nas escolas da rede pública. Estas são medidas fundamentais e importantes, mas precisamos ir além delas.

É necessário pensar e contribuir para uma inclusão de libras na educação infantil para crianças ouvintes e surdas, onde os educandos surdos possam ser respeitados e aceitos na sua macro cultura, como também ter fortalecida e valorizada a sua identidade, assegurando uma educação de qualidade, proporcionando conhecimentos satisfatórios e a interface do convívio das duas culturas, situando o alunado surdo num cenário multicultural. Em síntese, o estudo nos leva à reflexão de que na educação dos surdos sempre houve muitas dúvidas em relação à metodologia mais eficiente de ensino. E que essas metodologias avançaram no tempo seguindo a lógica da causa/consequência acompanhada sempre de muita observação analítica.

Cada uma das metodologias aqui apresentada ou citadas está construída em um sistema interno que apresenta vantagens e desvantagens, não existindo o método perfeito ou unicamente eficiente. Cada indivíduo e grupos se portam de maneira diferentes ao deparar-se com metodologias e estímulos. Alguns respondem mais a um determinado tipo outros respondem menos ou se mostram menos dispostos.

Finalmente, se registra a importância da aquisição de Libras ainda na educação infantil para que a criança surda tenha seus direitos linguísticos, sociais e identitários garantidos, e que ela seja a segunda língua obrigatória e praticada para as crianças ouvintes nessa faixa de ensino.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Terceiro e quarto ciclos; Apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010.

_____. **Lei nº10.436**. Presidência da República, Casa Civil – Brasília, 2002. Disponível em <http://www.leidireto.com.br/lei-10436.html>, acesso em 10/02/2020

CAMPBELL, Selma Inês. **Múltiplas faces da Inclusão**. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2009. 224p. acesso em 25/01/2021 às 10:00 horas.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994, Salamanca-Espanha. Acesso em 10/02/2020

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio interacionista**. 2 ed. São Paulo: Plexus, 2002.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Intérprete de Libras em atuação na Educação Infantil e no Ensino Fundamental**. Porto Alegre: Mediação/FAPESP, 2009.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos – 7.ª ED.** – São Paulo: Cortez, 2011. – (Coleção Docência em Formação). Acesso em 25/01/2021 às 10:00 horas.

QUADROS, Ronice Muller de **Educação de Surdos - A aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

RODRIGUES, N. **Da mistificação da escola à escola necessária**. São Paulo: Cortez, 1988.

SILVA, Daniel Neves. **"Língua Brasileira de Sinais (Libras)"; Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/educacao/lingua-brasileira-sinais-libras.htm>. Acesso em 14/02/2021.

SCHELP, Patrícia Paula. **Práticas de letramento de alunos surdos em contexto de escola inclusiva**. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí, 2008.